

CPI/ORÇAMENTO

Ibsen será convocado; depoimento de Nader é contestado pela Comissão

por Eduardo Hollanda
de Brasília

O deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), ex-presidente da Câmara, deverá depor na CPI do Orçamento, provavelmente na próxima semana. Ibsen ontem encaminhou ofício ao presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho, pedindo para depor, alegando necessidade de fazer prova de defesa.

A CPI, até às 21 horas de ontem, prosseguia reunida, para decidir o calendário dos próximos depoimentos, incluindo o de Ibsen Pinheiro e do empreiteiro Onofre Vaz, dono da Servaz, uma das empreiteiras que já estão com o sigilo bancário quebrado.

Hoje, a CPI toma o depoimento, a partir das 9h30, do deputado Fábio Raunheitti (PTB-RJ), que teria alocado verbas de subvenções sociais no valor de US\$ 17 milhões, em quatro anos, para universidades, escolas e hospitais de sua propriedade, em Nova Iguaçu.

Ontem, depôs o suplente de deputado Feres Nader (PTB-RJ), que no primeiro semestre deste ano ocupou a vaga do Raunheitti na Câmara.

Em quatro anos, as sete faculdades de Nader — no Rio de Janeiro — reunidas sob uma mantenedora chamada Sociedade Barramansense de Ensino Universitário (Sobeu) — receberam US\$ 7 milhões. No

entanto, continuam a ser cobradas mensalidades de todos os alunos. Nader disse à CPI que as mensalidades eram de CR\$ 13 mil, “a terça parte do que cobram escolas de ensino médio”, mas acabou contestado pelo relator, Roberto Magalhães, que descobriu ser a mensalidade média de CR\$ 20 mil.

O relator confirmou que vai pedir o fim de todas as subvenções sociais no relatório final da CPI. “No mínimo, vai recomendar que nenhum estabelecimento de ensino que cobre mensalidades receba dinheiro do governo.”

Outro ponto contestado do depoimento de Nader foi uma entidade beneficente, em Bananal (SP), beneficiada com US\$ 1,3 milhão, de 1989 a 1991. A entidade, denominada Instituto Antônio Belini Rodrigues Leite, foi fundada por Nader, seus irmãos, cunhados, primos e filhos. Em 1992, ela foi fechada por ordem judicial, porque o Ministério Público descobriu que ela nunca havia funcionado de verdade.

A entidade está envolvida com notas frias, fornecidas por um armazém de Bananal, relativas a “cestas básicas de alimentação”, teoricamente distribuídas. Além disso, a CPI descobriu que os cheques emitidos pela entidade terminaram depositados em um cambista, a Cambitur, do Rio de Janeiro.